



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Europ@CIP

Notícias da União Europeia

Síntese Mensal
13 de Maio a 14 de Junho de 2019

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal elabora esta publicação com o objetivo de sintetizar as notícias mais relevantes da semana, com base nos comunicados de imprensa emitidos pelas Instituições Europeias.

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Orçamento da UE para 2021-2027: Comissão apela aos líderes para que estabeleçam um roteiro para um acordo de outono

A Comissão Europeia apela aos líderes para que façam avançar as negociações sobre o próximo orçamento da UE a longo prazo para 2021-2027, para que se possa chegar a acordo até ao outono. A Comissão analisou o que foi alcançado até à data e identifica as principais questões em aberto que devem ser abordadas, abrindo caminho a um acordo rápido. A falta de acordo em tempo útil afetaria os estudantes, os agricultores e os investigadores, bem como todos os que beneficiam do orçamento da UE. O atual orçamento de longo prazo da UE para 2014-2020 foi adotado com seis meses de atraso, o que teve consequências negativas para muitos cidadãos, nos nossos Estados-Membros e noutros países ([ver o anexo](#)). Já foi realizado um grande trabalho, tanto no Parlamento Europeu como no Conselho. Registaram-se progressos no quadro geral e muitas das propostas setoriais foram, pelo menos parcialmente, encerradas. O Conselho Europeu de junho deverá lançar uma nova fase de negociações políticas, com uma tónica crescente nas questões financeiras e outros assuntos estratégicos. Esta é a única forma de garantir que é possível chegar a acordo em tempo útil e que os novos programas estão operacionais a 1 de janeiro de 2021. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Uma Europa que protege: bons progressos no combate às ameaças híbridas.

A União Europeia e os Estados-Membros realizaram progressos satisfatórios na luta contra as ameaças híbridas através de uma série de ações concertadas numa vasta gama de sectores para aumentar significativamente as capacidades, situação revelada no último relatório adotado pela Comissão e pelo Serviço Europeu para a Ação Externa. As 22 medidas identificadas no âmbito do Quadro Conjunto de 2016 sobre o combate às ameaças híbridas e a

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Comunicação Conjunta de 2018 sobre aumento da resiliência e reforço das capacidades para enfrentar as ameaças híbridas vão desde melhorar o intercâmbio de informações e reforçar a proteção de infraestruturas críticas e cibersegurança, até construir resiliência nas nossas sociedades contra a radicalização e extremismo. Os Estados-Membros receberam apoio através do Quadro, e a resposta da UE às ameaças híbridas foi testada com sucesso, incluindo de forma paralela e coordenada com a NATO em vários exercícios. O relatório descreve o progresso detalhado num grande número de áreas, que incluem:

- Fortalecimento das comunicações estratégicas para combater a desinformação;
- Cibersegurança e defesa cibernética;
- Risco químico, biológico, radiológico e nuclear;
- Proteção de infraestruturas críticas.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

ECONOMIA

Pacote Primavera 2019 do Semestre Europeu: Comissão publica recomendações aos Estados-Membros

A Comissão Europeia apresentou recomendações específicas por país, que definem orientações de política económica para todos os Estados-Membros nos próximos 12 a 18 meses. A Comissão apela aos Estados-Membros para que consolidem os progressos realizados nos últimos anos. A execução de reformas eficazes, de estratégias de investimento bem orientadas e de políticas orçamentais responsáveis continua a impulsionar a modernização da economia europeia. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

- ✓ **Recomendações específicas por país 2019:** O abrandamento do crescimento mundial reforça a necessidade de prosseguir as reformas estruturais, atribuindo prioridade às que visam um crescimento sustentável e inclusivo. Os Estados-Membros devem promover a convergência social em consonância com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Em conformidade com a recomendação relativa à área do euro, os Estados-Membros deveriam igualmente avançar no sentido de um reequilíbrio mais simétrico em toda a área do euro e prosseguir os esforços para reforçar o mercado único e aprofundar a União Económica e Monetária. As recomendações específicas por país para 2019 centram-se essencialmente na identificação e priorização das necessidades de investimento a nível nacional e concedem especial atenção às disparidades regionais e territoriais, o que vem ao encontro da análise exaustiva das necessidades de investimento e dos estrangulamentos identificados para cada Estado-Membro nos relatórios por país publicados no início deste ano e deverá permitir definir as prioridades da utilização dos fundos da UE no âmbito do próximo orçamento de longo prazo da UE ou do quadro financeiro plurianual 2021-2027.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

 **PO ISE**
PROGRAMA OPERACIONAL
INICIATIVA DE EMPREGO

 **PORTUGAL**
2020

 **UNIÃO EUROPEIA**
Fundo Social Europeu

- ✓ **Progressos a nível da aplicação das recomendações:** Desde o início do processo do Semestre Europeu, em 2011, os Estados-Membros realizaram pelo menos «alguns progressos» na implementação de mais de dois terços de todas as recomendações específicas por país. A maior parte dos progressos contemplaram os serviços financeiros e as políticas de emprego, ao passo que as recomendações relativas ao alargamento da base de tributação, aos cuidados de saúde, bem como à concorrência no setor dos serviços, revelam uma taxa de execução particularmente baixa.

- ✓ **Os desequilíbrios macroeconómicos estão a ser corrigidos:** Continuam-se a verificar progressos a nível da correção dos desequilíbrios macroeconómicos, mas alguns Estados-Membros continuam a apresentar níveis historicamente elevados de dívida privada e pública, o que reduz a margem de manobra para fazer face a choques negativos. Noutros Estados-Membros existem indícios de um eventual sobreaquecimento ligado ao crescimento dinâmico dos preços da habitação e ao aumento dos custos unitários do trabalho. Todos os Estados-Membros precisam de medidas adicionais para aumentar a produtividade, estimular o investimento e promover o crescimento potencial. Em fevereiro, a Comissão concluiu que treze Estados-Membros apresentavam desequilíbrios (Bulgária, Croácia, França, Alemanha, Irlanda, Portugal, Espanha, Países Baixos, Roménia e Suécia) e que três desses países (Chipre, Grécia e Itália) registavam mesmo desequilíbrios excessivos.

- ✓ **Orientações e decisões ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento:** A Comissão recomenda o encerramento do procedimento de défice excessivo (PDE) relativo a Espanha. No caso de Itália, o relatório conclui que se justifica um PDE com base na dívida. A Hungria e a Roménia têm sido objeto de um [procedimento de desvio significativo](#) desde 2018 e 2017, respetivamente e a Comissão recomenda ao Conselho que recomende a estes dois países a correção do desvio. A Comissão adotou também o [terceiro relatório sobre a Grécia no quadro da supervisão reforçada](#), e assinala que, a partir de agosto de 2018, a Grécia iniciou de forma satisfatória o período pós-programa, mas considera que a execução das reformas neste país abrandou nos últimos meses

Os jovens e o futuro do trabalho: conclusões do Conselho

O Conselho adotou conclusões sobre os jovens e o futuro do trabalho, que destacam os principais problemas que os jovens enfrentam no atual e no futuro ambiente de trabalho: a insegurança, a falta de proteção social e as condições de trabalho precárias. Nelas se identificam várias medidas para resolver estes problemas: sistemas de educação, formação e de segurança social adaptáveis e capazes de responder às necessidades, a promoção da aprendizagem ao longo da vida, que garanta que as transições escola-trabalho e emprego-emprego são harmoniosas, bem como o acesso equitativo de todos os jovens a empregos de qualidade. As conclusões reconhecem também que a União Europeia deverá apoiar o desenvolvimento pessoal dos jovens e o seu crescimento para atingir a autonomia,

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



desenvolver a sua resiliência e dotá-los dos recursos necessários para participarem na sociedade, contribuindo assim para a erradicação da pobreza juvenil. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Fraude ao IVA: Novo instrumento para troca de dados

Foi lançado um novo sistema (Transaction Network Analysis – TNA) que permitirá aos Estados-Membros trocar rapidamente e tratar em conjunto os dados do IVA, o que fará com que as redes suspeitas sejam detetadas mais cedo. O lançamento do instrumento surge numa altura em que recentes investigações dos meios de comunicação social destacam, uma vez mais, os enormes custos da fraude ao IVA para as finanças públicas, com grupos criminosos a enriquecerem à custa dos contribuintes honestos. A TNA dará às autoridades fiscais um acesso célere e fácil às informações sobre operações transfronteiras, o que conduzirá a uma reação rápida sempre que uma potencial fraude ao IVA seja detetada. A TNA, desenvolvida através de uma estreita colaboração entre os Estados-Membros e a Comissão, permitirá também uma muito mais estreita cooperação entre a rede de peritos antifraude da UE («Eurofisc») na análise conjunta de informações para que a fraude de tipo «carrossel» ao IVA possa ser detetada e intercetada o mais rápida e eficazmente possível. Reforçará a cooperação e a troca de informações entre os funcionários das administrações fiscais nacionais, permitindo que os funcionários da Eurofisc cruzem informações com registos criminais, bases de dados e informações detidas pela Europol e pelo OLAF, a agência de luta contra a fraude da UE, além de poderem coordenar investigações transfronteiras. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

ENERGIA E CLIMA

A Comissão Europeia, o Banco Europeu de Investimento e a Breakthrough Energy Ventures estabelecem novo fundo de 100 milhões euros para apoiar investimentos em energia limpa

Breakthrough Energy Ventures Europe (BEV-E), um novo fundo de investimento de 100 milhões de euros foi criado pela Comissão Europeia, pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela *Breakthrough Energy Ventures* durante a quarta reunião ministerial da Missão de Inovação em Vancouver, Canadá. O fundo ajudará a desenvolver empresas europeias inovadoras e a introduzir no mercado novas tecnologias de energia limpa radicalmente novas. Apoiará os melhores empresários da energia limpa da Europa, cujas soluções podem proporcionar reduções significativas e duradouras das emissões de gases com efeito de estufa. O primeiro de seu tipo, este fundo atende à intensidade de capital e aos longos horizontes de desenvolvimento que as tecnologias energéticas precisam. O financiamento para BEV-E incluirá uma contribuição de 50 milhões de euros do BEI garantida pela *InnovFin*, um instrumento financeiro financiado pelo programa de investigação e inovação da UE, e uma

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



contribuição de 50 milhões de euros da *Breakthrough Energy Ventures*, um fundo liderado pelos investidores para apoiar empresas de ponta no setor de energia. O fundo investirá em cinco grandes setores relacionados com a energia, onde os esforços são essenciais no combate às mudanças climáticas: eletricidade, transporte, agricultura, indústria transformadora e construção. Os investimentos deverão ter início no segundo semestre de 2019, altura em que os Estados-Membros da UE e os países associados ao Horizonte 2020 serão elegíveis para se candidatarem ao financiamento do BEV-E. O novo fundo contribuirá para cumprir os compromissos da UE delineados no pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus” da Comissão, incluindo propostas concebidas para apoiar a inovação em energia limpa, aumentar a eficiência energética, impulsionar a utilização de energias renováveis e reformar o mercado europeu da energia. O Parlamento Europeu e o Conselho da UE adotaram todas as propostas do pacote. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Tratado da Carta da Energia: Comissão pede mandato para negociar a modernização das disposições relativas ao investimento

A Comissão adotou um projeto de mandato para encetar, em nome da União Europeia, as negociações de modernização do Tratado da Carta da Energia (TCE), um acordo plurilateral de comércio e investimento aplicável ao sector da energia, do qual a UE faz parte. Estas negociações visam a revisão das disposições do Tratado de forma a refletir a nova abordagem da UE em matéria de proteção do investimento e a garantir maior segurança jurídica e clareza das regras aplicáveis à proteção dos investimentos estrangeiros. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

MERCADO INTERNO

Mercado Único Digital: a Comissão publica orientações sobre o fluxo livre de dados não pessoais.

A Comissão Europeia publicou novas orientações sobre a interação entre o livre fluxo de dados não pessoais e as normas da UE em matéria de proteção de dados. No âmbito da Estratégia para o Mercado Único Digital, o novo Regulamento relativo ao livre fluxo de dados não pessoais, que começou a ser aplicado nos Estados-Membros, permitirá o armazenamento e o tratamento dos dados em qualquer lugar na UE, sem restrições injustificadas. As orientações que publicadas ajudarão os utilizadores – em especial as pequenas e médias empresas – a compreender a interação entre estas novas normas e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente no que diz respeito aos conjuntos de dados compostos por dados pessoais e não pessoais. Juntamente com o RGPD, que começou a ser aplicado há um ano, o novo Regulamento relativo ao livre fluxo de dados não pessoais proporciona um

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

 **POISE**
PROGRAMA OPERACIONAL DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

 **PORTUGAL 2020**
PROGRAMA DE INICIATIVA DE COMUNITÁRIO

 **UNIÃO EUROPEIA**
Fundo Social Europeu

enquadramento jurídico e empresarial estável para o tratamento de dados. O novo regulamento impede os países da UE de adotarem legislação que exija que, de forma injustificada, os dados sejam conservados unicamente dentro do território nacional. Trata-se do primeiro deste género em todo o mundo. As novas normas reforçam a segurança jurídica e a confiança das empresas e tornam mais fácil para as PME e as empresas em fase de arranque desenvolverem novos serviços inovadores, aproveitarem as melhores ofertas de serviços de tratamento de dados no mercado interno e expandirem as suas atividades além-fronteiras. As orientações hoje apresentadas contêm exemplos concretos da forma como as normas devem ser aplicadas quando uma empresa procede ao tratamento de conjuntos de dados compostos por dados pessoais e não pessoais. Explicam também em que consistem os dados pessoais e os dados não pessoais, bem como os conjuntos de dados mistos; enumeram os princípios da livre circulação de dados e ilustram a não aplicabilidade dos requisitos de localização de dados ao abrigo do RGPD e do Regulamento relativo ao livre fluxo de dados não pessoais; e abordam o conceito de portabilidade dos dados contemplado neste último regulamento. As orientações cobrem igualmente as exigências de autorregulação estabelecidas em ambos os regulamentos. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Oito Estados-Membros anunciados para acolher supercomputadores Europeus

A Empresa Comum Europeia para a Computação de Alto Desempenho — EuroHPC — selecionou 8 sítios para centros de supercomputação localizados em 8 Estados-Membros com vista a acolher os novos computadores de alto desempenho. Os sítios de acolhimento situar-se-ão em Sófia (Bulgária), Ostrava (República Checa), Kajaani (Finlândia), Bolonha (Itália), Bissen (Luxemburgo), **Minho (Portugal)**, Maribor (Eslovénia) e Barcelona (Espanha). Apoiarão o desenvolvimento de aplicações importantes em domínios como a medicina personalizada, a conceção de medicamentos e materiais, a bioengenharia, a previsão meteorológica e as alterações climáticas. No total, 19 dos 28 países que participam na Empresa Comum farão parte dos consórcios que gerem os centros. Em conjunto com os fundos da UE, tal representa um orçamento total de 840 milhões de euros. As modalidades de financiamento dos novos supercomputadores serão estabelecidas em convenções de acolhimento que serão assinadas em breve. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Harmonização da última faixa de frequências pioneira necessária para a implantação 5G

A Comissão Europeia adotou uma Decisão de Execução com o intuito de harmonizar a banda de frequências de 26GHz para redes sem fios, o que constitui um grande passo para a implementação do 5G em toda a Europa. Esta decisão finaliza a harmonização a nível da União Europeia das três bandas pioneiras (700MHz, 3.6 GHz e 26 GHz) necessárias para a implementação do 5G nos Estados-Membros. A harmonização das ondas do espectro de radiofrequências constitui a base dos serviços de comunicação sem fios transfronteiriços e estabelece condições técnicas comuns para a utilização destas bandas. Em particular, a disponibilidade da banda de 26 GHz ajudará a implantação de serviços inovadores, como comunicação de vídeo de alta definição, bem como realidade virtual e aumentada. A

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>
Cofinanciado por:
  

harmonização da banda dos 26 GHz em toda a Europa deverá estar concluída em todos os Estados-Membros até ao final de março de 2020, devendo a utilização eficaz de pelo menos 1 GHz desta banda ser concluída até ao final de 2020. Para mais informações consulte o [comunicado de imprensa](#), bem como a [ficha informativa](#).

Pacote de processos por infração de junho: principais decisões

No seu pacote mensal de decisões relativas a processos por infração, a Comissão Europeia iniciou ações judiciais contra vários Estados-Membros por incumprimento das obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Para mais informações sobre todas as decisões tomadas, consultar o [registo de decisões em matéria de infrações](#) e o [comunicado de imprensa](#).

1. **Comissão dá início a processos de infração relativos a reciclagem de navios** contra a Croácia, Chipre, a Alemanha, a Grécia, a Itália, **Portugal**, a Roménia, a Eslovénia e a Suécia relativamente ao seu dever de cumprir integralmente a legislação europeia relativa à [reciclagem de navios](#).
2. **Comissão insta PORTUGAL a proteger as suas águas marinhas**, nomeadamente no cumprimento das obrigações de comunicação relativas ao estado ambiental das águas marinhas ao abrigo das regras da UE que estabelecem um quadro estratégico para o meio marinho ([Diretiva 2008/56/CE](#)).
3. **Comissão insta TODOS os Estados-Membros a cumprir as regras da UE em matéria de prestação de serviços**. A Comissão Europeia decidiu enviar cartas de notificação para cumprir aos 28 Estados-Membros, solicitando-lhes que melhorem os seus [balcões únicos](#) e que facultem balcões únicos de fácil utilização para prestadores de serviços e profissionais. As cartas abordam questões relacionadas com a disponibilidade em linha e a qualidade das informações sobre os requisitos e procedimentos aplicáveis aos prestadores de serviços e aos profissionais que pretendam exercer os seus direitos no mercado único bem como o acesso aos procedimentos em linha e a sua conclusão através dos balcões únicos, inclusive para os utilizadores transfronteiriços.

Equidade na cadeia de abastecimento alimentar: Comissão propõe aumentar a transparência dos preços

Após a [proibição das práticas comerciais desleais](#) e o [reforço da cooperação entre os produtores](#), a Comissão apresentou o terceiro elemento para melhorar a equidade na cadeia de abastecimento alimentar, introduzindo uma maior transparência no modo de comunicação dos preços ao longo da cadeia. A Comissão Europeia apresentou, também, uma proposta que disponibilizará informações cruciais sobre a forma como os preços são determinados à medida que os produtos agroalimentares transitam ao longo da cadeia de abastecimento alimentar. As diferenças de preços de compra e venda podem proporcionar informações sobre os custos intermédios – como transportes, seguros, armazenagem, etc. – entre o vendedor e o comprador. Embora exista uma grande quantidade de informações disponíveis sobre a evolução dos mercados agrícolas (preços, volumes de produção, existências, etc.), quase não existem informações sobre outros mercados essenciais da cadeia de abastecimento agroalimentar, nomeadamente entre agricultores e consumidores nos setores da transformação de alimentos

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>
Cofinanciado por:
  

e da venda a retalho. As medidas propostas abrangem os setores da carne, dos ovos, dos produtos lácteos, dos frutos e produtos hortícolas, das culturas arvenses, do açúcar e do azeite. Baseiam-se nos sistemas e procedimentos existentes de recolha de dados, utilizados pelos operadores e pelos Estados-Membros para comunicar informações de mercado à Comissão, cujo âmbito de aplicação é alargado. Cada Estado-Membro será responsável pela recolha dos dados relativos aos preços e ao mercado. A Comissão recomenda que os Estados-Membros escolham a abordagem mais eficaz em termos de custos e não visem as pequenas e médias empresas, a fim de reduzir os encargos administrativos. Os Estados-Membros comunicam os dados à Comissão, que, por sua vez, disponibiliza a monitorização no seu [portal de dados agroalimentares](#) e nos [observatórios do mercado da União](#). Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Iniciativa “rescEU”: UE estabelece uma frota inicial de combate a incêndios para a próxima época de incêndios florestais

A fim de preparar a época de incêndios florestais deste verão, a Comissão lançou a primeira frota de aviões de combate a incêndios, destinada a combater as catástrofes naturais no âmbito da nova iniciativa «rescEU». Até ao momento, a frota da rescEU conta com sete aviões e seis helicópteros de combate a incêndios para o período inicial de transição, estando a Comissão a trabalhar com os países participantes para acrescentar meios adicionais nas próximas semanas. Além da criação da frota da rescEU, a Comissão Europeia está a reforçar as suas capacidades de acompanhamento e coordenação para preparar a época de incêndios florestais:

- Durante o verão, o [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência \(CCRE\) 24/7](#) da UE será reforçado com uma equipa de apoio aos incêndios florestais, com a participação de peritos dos Estados-Membros.
- O CCRE organizará videoconferências regulares com os Estados-Membros durante o verão, para partilhar informações sobre o risco de incêndio em toda a Europa.
- O [sistema de satélites Copernicus da UE](#) será utilizado para cartografar as emergências resultantes de incêndios florestais.
- Todos os Estados-Membros da UE e países parceiros participaram na reunião anual sobre incêndios florestais realizada em Bruxelas com vista a preparar a próxima época de incêndios florestais.
- Nos últimos meses, foram realizados vários exercícios práticos de incêndios florestais.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Comércio eletrónico: o Conselho adota mandato suplementar para as negociações da Organização Mundial do Comércio

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

  

O Conselho adotou um mandato de negociação que permite à Comissão participar em negociações multilaterais sobre o comércio eletrónico. Em janeiro de 2019, à margem do Fórum Económico Mundial em Davos, a União Europeia e outros 48 membros da OMC decidiram encetar negociações para estabelecer regras globais para o comércio eletrónico. Para que a Comissão possa negociar com os seus parceiros da OMC em nome da UE, o seu atual mandato para a Agenda de Desenvolvimento de Doha teve de ser complementado com a posição da UE sobre os aspetos do comércio eletrónico relacionados com o comércio internacional. As negociações têm por objetivo estabelecer regras internacionais que incentivem o comércio eletrónico a nível mundial, facilitem as operações das empresas (em particular das PME), reforcem a confiança dos consumidores no ambiente digital e criem novas oportunidades para promover o crescimento e o desenvolvimento inclusivos e sustentáveis. Em 26 de abril, a UE apresentou as propostas de negociação iniciais no âmbito da OMC, que foram debatidas juntamente com as propostas de outros membros da OMC durante uma ronda de discussões formais realizada de 13 a 15 de maio de 2019, em Genebra. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Fundo Fiduciário de Emergência para a África: quase 100 milhões de euros para apoiar os mais vulneráveis no Corno de África.

A Comissão Europeia adotou sete novos programas e fundos adicionais para dois projetos existentes, no valor de 99,5 milhões de euros. Eles apoiarão esforços contínuos para ajudar as pessoas mais vulneráveis no Corno de África. A nível nacional, quatro novos programas foram aprovados nestes países e áreas:

- **Sudão do Sul:** maior acesso ao ensino primário e secundário para crianças em áreas remotas (€ 15 milhões) e acesso a serviços de saúde, incluindo serviços de nutrição, especialmente para mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos (€ 15 milhões).
- **Sudão:** melhor acesso à saúde para populações deslocadas e comunidades de acolhimento em Darfur (€ 15 milhões).
- **Etiópia:** desenvolvimento socioeconómico e consolidação da paz para comunidades vulneráveis e marginalizadas na região de Tigray (6 milhões de euros).

Juntamente com estes, dois programas recentemente aprovados apoiarão o [Quadro de Resposta Abrangente dos Refugiados da ONU](#) na Etiópia e na região dos Grandes Lagos:

- **Etiópia** - região de Gambella: apoio à prestação de serviços de saúde para comunidades de acolhimento, refugiados e outras pessoas deslocadas (€ 8 milhões).
- **Região dos Grandes Lagos:** diálogo reforçado para encontrar melhores soluções para as pessoas deslocadas e as comunidades de acolhimento no Ruanda, Uganda, Burundi, Tanzânia e República Democrática do Congo (€ 9 milhões).

Os desafios de migração nesta região, que abriga o maior número de refugiados no mundo, continuarão a ser abordados através da segunda fase do Programa de Melhor Migração (€ 30 milhões). Além disso, foram aprovados novos fundos para dois programas em curso no

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

  

Quênia: um adicional de € 1 milhão será destinado a um [programa de jovens](#), enquanto meio milhão adicional de euros apoiará a estratégia do país para combater o extremismo violento. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Comissão assina acordo de Estratégia da aviação com a China

A União Europeia e a China assinaram um acordo sobre a segurança da aviação civil e um acordo horizontal no domínio da aviação para reforçar a cooperação neste domínio. Os acordos darão seguimento à Cimeira da UE de 9 de abril e servirão para reforçar a competitividade do sector aeronáutico da UE e reforçar as relações globais de aviação entre a UE e a China. O principal objetivo do acordo bilateral sobre segurança da aviação civil (BASA) é apoiar o comércio mundial de aeronaves e produtos relacionados. Este acordo eliminará a duplicação desnecessária de atividades de avaliação e certificação de produtos aeronáuticos pelas autoridades da aviação civil e, portanto, reduzirá os custos para o setor de aviação. O BASA também irá promover a cooperação entre a UE e a China no sentido de um elevado nível de segurança de aviação civil e de compatibilidade ambiental. O segundo acordo que foi assinado – Acordo de aviação horizontal -, marca o reconhecimento da China do princípio da designação da UE, segundo a qual todas as companhias aéreas da UE poderão voar para a China a partir de qualquer Estado-Membro da UE com um acordo bilateral de serviços aéreos com a China. Até agora, apenas as companhias aéreas detidas e controladas por um determinado Estado-Membro ou pelos seus nacionais podiam voar entre esse Estado-Membro e a China. A conclusão de um acordo horizontal irá, por conseguinte, tornar os acordos bilaterais de serviços aéreos entre a China e os Estados-Membros da UE conforme a legislação da UE – uma segurança jurídica renovada que será benéfica para as companhias aéreas de ambos os lados. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

União Europeia e Ásia Central: novas oportunidades para uma parceria reforçada

A União Europeia apresentou a sua visão para uma parceria renovada com a Ásia Central, atualizando a sua estratégia para as relações com a região, que foi pela primeira vez delineada em 2007. A nova [comunicação conjunta](#) pela Comissão Europeia e pela alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança apresenta uma nova visão para uma parceria reforçada com os cinco países da Ásia Central: Cazaquistão, República do Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Usbequistão e propõe centrar as futuras iniciativas da UE em dois aspetos:

- parcerias para a resiliência, reforçando a capacidade dos Estados da Ásia Central para ultrapassarem os choques internos e externos e aumentando a sua capacidade de adesão às reformas;
- parcerias para a prosperidade, através do apoio à modernização económica, da promoção de uma conectividade sustentável e do investimento nos jovens.

A UE está além disso determinada a investir na cooperação regional na Ásia Central, ajudando os países da região a promover o diálogo e a cooperação, ao seu próprio ritmo. Para além

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

UNIÓN EUROPEA
Fondo Social Europeo

do Acordo de Parceria e Cooperação Reforçado que assinou com o Cazaquistão, a UE tenciona concluir a negociação de acordos semelhantes com o Usbequistão e a República do Quirguistão, bem como fazer o melhor uso possível, numa perspetiva global, dos seus instrumentos de assistência ao desenvolvimento na região. Em conformidade com a sua [Estratégia para Interligar a Europa e a Ásia](#), e utilizando os quadros de cooperação existentes, a UE estabelecerá, quando for caso disso, parcerias em matéria de conectividade sustentável com os países da Ásia Central, seguindo os princípios de mercado, garantindo a transparência e baseando-se nas normas internacionais. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Comissão recebe mandato para começar a negociar as regras internacionais para a obtenção de provas eletrónicas

Os Estados-Membros da União Europeia concordaram em conceder dois mandatos à Comissão para encetar a negociações internacionais com o intuito de melhorar o acesso transfronteiriço a provas eletrónicas em investigações criminais. O Conselho concordou em fornecer à Comissão mandatos de negociação para as negociações com os Estados Unidos e para o Segundo Protocolo Adicional à Convenção de “Budapeste” do Conselho da Europa sobre cibercrime. Ambos os mandatos incluem disposições sobre fortes garantias de direitos fundamentais em matéria de proteção de dados, privacidade e direitos processuais dos indivíduos, que deverão ser parte integrante de qualquer acordo futuro. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

- **Negociações com os EUA:** O acordo deve abordar conflitos legais e estabelecer regras comuns para ordens de uma autoridade judicial de um país para obter provas eletrónicas mantidas por um provedor de serviços de outro país. Também deve permitir a transferência de provas eletrónicas diretamente, e de forma recíproca, por um provedor de serviços num país para uma autoridade solicitante de outro.
- **Negociações sobre um segundo protocolo adicional à Convenção de Budapeste:** A Comissão foi mandatada para participar nas negociações em nome da União Europeia e dos seus Estados-Membros, a fim de garantir que o Protocolo Adicional à Convenção de Budapeste sobre o cibercrime, acordado pelo Conselho da Europa, seja compatível com a legislação da UE, bem como as regras propostas pela UE sobre o acesso transfronteiriço a provas eletrónicas.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

UNIÓN EUROPEA
Fondo Social Europeo

Relatórios e eventos:

Aprofundar a União Económica e Monetária: Comissão faz balanço de progressos realizados

A Comissão Europeia apresentou um balanço dos progressos realizados para aprofundar a União Económica e Monetária desde o Relatório dos Cinco Presidentes, há quatro anos atrás, e insta os Estados-Membros a tomarem novas medidas concretas. Muitas das lacunas reveladas pelas crises económica, financeira e social pós-2007 foram colmatadas. No entanto, devem ainda ser tomadas medidas importantes. A moeda única e a coordenação das políticas económicas são meios para atingir um fim: mais emprego, crescimento, investimento, justiça social e estabilidade macroeconómica para os membros da área do euro, bem como para a UE no seu conjunto. Antes da Cimeira do Euro de 21 de junho, a Comissão convida os líderes da UE a:

- **Chegar a acordo sobre as principais características do instrumento orçamental para a convergência e a competitividade** tendo em vista a adoção rápida pelo Parlamento Europeu e o Conselho;
- **Concluir as alterações ao Tratado que institui o Mecanismo Europeu de Estabilidade**, tendo em vista uma rápida ratificação pelos Estados-Membros da área do euro, incluindo um mecanismo de apoio comum operacional e eficaz, um instrumento para a cedência de liquidez no âmbito da resolução e instrumentos de precaução ativos e eficazes;
- **Renovar o esforço para concluir a União Bancária**, começando pelas negociações políticas sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos;
- **Agilizar os progressos da União dos Mercados de Capitais e intensificar os esforços para fortalecer o papel internacional do euro.**

A Comissão, juntamente com o Banco Central Europeu, continuará a trabalhar com os Estados-Membros, os participantes no mercado e outras partes interessadas e solicita ao Parlamento Europeu, ao Conselho e a todas as partes interessadas que apoiem os esforços para reforçar o papel internacional do euro. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Investimento orientado e as políticas digitais robustas reforçam o desempenho dos Estados-Membros

A Comissão Europeia lançou os resultados do Índice Digital 2019 de Economia e Sociedade (DESI), que monitoriza o desempenho digital geral da Europa e acompanha o progresso dos países da UE com relação à competitividade digital. Os países que estabeleceram metas ambiciosas em consonância com a Estratégia para o Mercado Único e Digital da UE e os que combinaram com o investimento adaptado obtiveram melhor desempenho num período relativamente curto. No entanto, o facto de as maiores economias da União Europeia não serem pioneiras digitais indica que a velocidade da transformação digital deve acelerar, para que a UE se mantenha competitiva a nível mundial. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>
Cofinanciado por:
  

Assembleia Digital 2019: novas ações sobre quantum, relatório do grupo de trabalho UE-África e novas empresas digitais

A 8ª edição da Assembleia Digital organizada pela Comissão e pela Presidência romena do Conselho da União Europeia que ocorreu em Bucareste, na Roménia, contou com a presença dos representantes dos Estados-Membros da UE e com as partes interessadas da indústria, do meio académico e da sociedade civil. As discussões incidiram sobre o que é necessário para o aceleração da transformação digital e para garantir que a UE permaneça competitiva a nível mundial. Três iniciativas-chave foram apresentadas:

1. **Uma nova rede de comunicação quântica ultra-segura:** vários países da UE declararão seu compromisso de trabalhar juntos para construir uma infraestrutura de comunicação quântica (QCI) que permitirá que informações e dados sejam transmitidos e armazenados de maneira totalmente segura. Como resultado, aumentará as capacidades da Europa em segurança cibernética, tecnologias quânticas e competitividade industrial, mantendo o ritmo de seus concorrentes globais.
2. **Adoção do relatório sobre a parceria da economia digital para a África Europa:** a Força-Tarefa sobre Economia Digital da União Europeia - União Africana (DETF) adotará seu relatório com recomendações políticas e ações concretas para fortalecer a cooperação em questões digitais entre os dois continentes. O DETF é uma das forças-tarefa estabelecidas como parte da Aliança África-Europa para Investimentos Sustentáveis e Empregos, lançada pelo Presidente Juncker em seu discurso sobre o Estado da União de 2018.
3. **Nova facilidade de investimento para intensificar o arranque digital na Europa Central, Oriental e do Sudeste:** a Comissão Europeia, juntamente com o Banco Europeu de Investimento, o Fundo Europeu de Investimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial e o International Financial A Corporação lançará a Iniciativa de Inovação e Ampliação Digital (DISI). Esta será a primeira instalação de investimento regional que visa especificamente as inovações digitais e a expansão das start-ups digitais na Europa Central, Oriental e do Sudeste. A primeira fase do programa terá a duração de cinco anos, com um orçamento total previsto de 600 milhões de euros e um volume total de investimento de 1,8 mil milhões de euros.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

  

UNIÓN EUROPEIA
Fundo Social Europeu